

Alm

Maceió, 20 de maio de 2019



AGENCIAL NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM
Superintendência - AL
16:57:53 - 20/05/2019

Juntada: 48081.000166/2019-18

Processo: 6648/1965

NUP: 48081.000166/2019-18

Assunto: MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DO AUTO DE INTERDIÇÃO Nº 01/19



48081.000166/2019-18

Assunto: manifestação a respeito do Auto de Interdição nº 01/2019.

BRASKEM S. A., vem se manifestar sobre o Auto de Interdição nº 01/2019, pelas razões a seguir expostas.

No dia 09/05/2019, foi lavrado contra a empresa o Auto de Interdição nº 01/2019, com o seguinte fundamento:

Art. 322, item II, da Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016 – lavra com risco iminente, tendo em vista a ocorrência de subsidências e movimentações de massas que afetam as construções civis na superfície em função dos trabalhos de lavra executados pela concessionária por dissolução em cavernas, situadas em áreas com estruturas geológicas afetadas por falhas que foram reativadas em função da atividade de exploração do sal, agravadas pelo aumento da infiltração de água em plano de fratura/falha, de acordo com avaliação da Agência Nacional de Mineração
considerando o Relatório Síntese dos Resultados dos Estudos sobre a Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro Mutange e Bebedouro, em Maceió (AL).

Como consta de seu texto, o auto se baseia nas conclusões do Relatório Síntese elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, divulgado no dia 08/05/2019, a respeito das causas da instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió/AL.

Inicialmente, a BRASKEM informa que já havia tomado a decisão de espontaneamente suspender as atividades de lavra em momento anterior à

lavratura do Auto de Interdição para, seguindo a linha do que já foi divulgado publicamente, continuar priorizando a implementação das ações necessárias para garantir a segurança das pessoas envolvidas.

Apesar disso, deve ser registrado que, até o presente momento, a CPRM não divulgou a íntegra dos documentos e demais anexos que foram levados em consideração para a elaboração do Relatório Síntese, limitando-se à apresentação superficial do seu entendimento, por meio de um Relatório ainda preliminar, sem apresentar os dados e estudos subjacentes mencionados.

A BRASKEM solicitou, por duas vezes, esses dados e estudos, nos dias 09.05.2019 e reiteramos no dia 13.05.2019, em caráter de urgência (doc. 01). Entretanto, a CPRM silenciou-se totalmente sobre os pedidos, deixando de fornecer tão relevante material.

Frente a inércia da CPRM, não restou outra alternativa a Braskem em impetrar a competente ação judicial para a exibição de todo o processo administrativo/documentos que ensejaram a emissão do Relatório Síntese pela CPRM. O processo nº 1012596-52.2019.4.01.3400 tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal, 13ª Vara Cível da SJDF.

Além disso, as conclusões da CRPM (seja aquelas inseridas no Relatório Síntese ou na versão completa do documento) sequer foram juntadas aos autos do processo administrativo minerário, situação que, claramente, cerceia o direito de defesa da BRASKEM e impede o adequado exercício ao contraditório, que poderia conduzir à inegável nulidade do Auto de Interdição nº 01/2019.

De qualquer modo, em análise preliminar das informações divulgadas, é possível identificar uma série de inconsistências e equívocos primários, comprometedores da higidez do trabalho, como será oportunamente exposto com a apresentação dos documentos técnicos que embasam os vícios que inquinam as conclusões da CPRM.

Frise-se que, além dos documentos da CPRM, também não foi identificado nos autos do processo administrativo em epígrafe relatório técnico elaborado por funcionário desta Agência que fundamente a decisão administrativa de interdição das operações da Braskem. Inclusive, em recente ofício encaminhado pela ANM ao Ministério Público Federal, ofício nº 28/2019-

Ultm

DIRE/ANM/SEDE, não foi relatada qualquer irregularidade nas operações da Braskem.

Desta forma, ante a impossibilidade de análise do relatório preliminar da CPRM e dos documentos e estudos que fundamentaram a conclusão preliminar apresentada, no exercício do direito de produzir provas no processo administrativo, garantido expressamente pela Lei nº 9.784/1999 (art. 3º, inciso III¹, e art. 38²), após obter acesso ao inteiro teor do relatório da CPRM e finalizar os seus próprios estudos, a BRASKEM se manifestará sobre o relatório, em prazo razoável, e apresentará laudo conclusivo a respeito das condições de segurança do empreendimento.

Por fim, diante do exposto, considerando que a Braskem suspendeu as atividades antes do recebimento do auto de interdição, não apresentará, neste momento, oposição ao auto em comento, apesar de não concordar com relatório da CPRM, reservando-se ao direito de apresentar futura manifestação/oposição.

Galileu Moraes Henriques

Braskem S.A.

¹ Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados: (...) III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

² Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.